



### Voto de Condenação e Preocupação N.º 831/XIII

#### **Pelos 24 anos do desaparecimento forçado do prisioneiro político mais jovem do mundo, o 11.º Panchen Lama, praticado pelo regime chinês**

A 14 de maio de 1995, Gedhun Choekyi Nyima, de seis anos, foi reconhecido pelo Dalai Lama como a reencarnação do Panchen Lama, o segundo líder religioso mais importante do Tibete. Três dias depois, a 17 de Maio, Gedhun e a sua família desapareceram, levados pelas autoridades Chinesas. A China justificou o seu desaparecimento alegando que era para a sua própria protecção contra as forças "separatistas".

O seu paradeiro é desconhecido. Durante mais de duas décadas o governo Chinês recusou os pedidos, dos peritos de direitos humanos das Nações Unidas e dos governos, de acesso a Gedhun Choekyi Nyima e à sua família para verificação da sua saúde e bem-estar alegando que ele tinha uma vida normal e não desejava ser incomodado. Em 2013, o Comité da ONU sobre os Direitos da Criança expressou a sua preocupação acerca do 11º Panchen Lama, declarando que estava "profundamente preocupado" que a China "não tivesse permitido que algum especialista independente o visitasse e confirmasse o seu paradeiro, a verificação do cumprimento dos seus direitos e seu bem-estar", e pediu à China que "permitisse imediatamente que um perito independente o visitasse". Em vão.

O desaparecimento de Gedhun Choekyi Nyima determinado pelas autoridades chinesas constitui um desaparecimento forçado em violação da Convenção das Nações Unidas para a Protecção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado e é uma violação grave e flagrante dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

A Assembleia da República, reunida em sessão plenária, condena o desaparecimento forçado do prisioneiro político mais jovem do mundo, o 11.º Panchen Lama, e manifesta a sua preocupação pelo desconhecimento do seu paradeiro e estado de saúde físico, mental e emocional, instando o Governo português a apelar ao governo chinês a sua libertação.

Assembleia da República, 13 de Maio de 2019.

O Deputado,

André Silva